

Exm.ª Conservadora da
Conservatória do Registo Civil de Coimbra

Nuno Rodrigo Santos Costa, casado, Técnico Superior, residente na Praça Sara Afonso, 10- 7.º Dto, 2620-296 Ramada, portador do cartão de cidadão n.º 10537421, válido até 11/12/2017, NIF 210866160

e

Marta da Silva Lopes Costa, casada, Administrativa, residente na Av. Almirante João de Azevedo Coutinho, nº 687, 2775-101 Murtal - Parede, portadora do cartão de cidadão n.º 11565757, válido até 18.03.2015, NIF 218480938,

vêm requerer que seja decretado o seu

divórcio por mútuo consentimento

nos termos e com os fundamentos seguintes:

1.

Os requerentes celebraram matrimónio Civil, a 03 de Março de 2001, na freguesia de Vila de Rei, Concelho de Vila de Rei, sem convenção antenupcial sob o regime de comunhão de adquiridos.

2.

Desta união matrimonial nasceu uma menor, a saber:

— Mariana Silva Santos Costa, nascida a 28 de Março de 2007, natural da freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa.

3.

Por razões que bem ponderaram, os requerentes pretendem obter o seu divórcio por mútuo consentimento, estando em condições legais para o fazer.

4.

Os requerentes estão de acordo quanto à regulação das responsabilidades parentais, e que juntam como documento 1.

5.

Não há casa morada de família.

6.

Não existem bens comuns a partilhar.

7.

Os requerentes prescindem de alimentos, por deles não carecerem.

8.

Os ora requerentes reconhecem que foram informados da existência e dos objectivos dos serviços de mediação familiar, declarando, neste acto, prescindir dos mesmos.

9.

Ambos os requerentes expressamente declaram designar como competente para a realização dos procedimentos conducentes à dissolução do seu casamento a Conservatória do Registo Civil melhor identificada no cabeçalho desta peça.

10.

Os requerentes declaram expressamente que mantém firmemente o propósito de obter o divórcio e que estão cientes das consequências resultantes da dissolução do casamento. Consequentemente, não se justifica a sua presença na conferência a que alude a lei até porque a isso estariam impossibilitados devido aos seus compromissos profissionais. Para o efeito, atribuíram poderes especiais ao seu procurador que, aliás, confirmou a vontade de ambos em se não reconciliarem e lhes explicou as consequências resultantes deste acto (cf. doc. 2, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido).

11.

Os requerentes declaram ter conhecimento e ficar cientes que, com o decretamento do divórcio, deixarão de ter direito de utilizar o apelido do seu actual cônjuge, com as devidas consequências legais.

Termos em que, e nos mais de direito, deve ser decretado o divórcio por mútuo consentimento entre os requerentes e homologados os acordos referidos neste articulado, tudo com as legais consequências.

Junta: 2 documentos, duplicados e cópias legais

O Requerente,



A Requerente,



(Assinaturas conforme os Bilhetes de Identidade)